

Brasília, 17 de abril de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Patentes

Delegação do Brasil se reúne com governo Trump sobre investigação do Pix 3

Sexta-feira, 17 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Governo volta dos EUA sem sinal claro sobre retorno do tarifaço 5

Estado de Minas - Online

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Como registrar sua própria marca: guia para pequenos empreendedores 6

Jota Info

Sexta-feira, 17 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

A vitória de Pirro e seus limites 7

Metrópoles Online

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Pix: autoridades do Brasil e EUA se reúnem para discutir investigação 11

Migalhas

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

"Convertendo investimento compulsório em P&D em ativos estratégicos" 12

Consultor Jurídico

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual rende ações na era da inteligência artificial 13

Portal da Propaganda

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Do café da manhã ao jantar, Paraná lidera o Brasil em Indicações Geográficas 17

Delegação do Brasil se reúne com governo Trump sobre investigação do Pix



Uma delegação de representantes do Brasil está em Washington para discutir com autoridades do governo Trump a investigação comercial dos EUA sobre práticas comerciais brasileiras, incluindo o Pix e a rua 25 de Março, em São Paulo.

Fontes diplomáticas relataram à CNN Brasil que as discussões começaram em uma reunião na quarta-feira (15) e serão retomadas nesta quinta-feira (16).

Segundo as fontes, os encontros incluem representantes em nível técnico de diferentes ministérios do governo Lula e têm o objetivo de prestar esclarecimentos técnicos e jurídicos sobre a investigação aberta pelo USTR (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos).

Por exemplo, por parte do Itamaraty, estiveram presentes o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente, e o embaixador Phillip Fox Gough, secretário de Assuntos Econômicos.

O MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) informou à CNN Brasil que a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, representou a pasta na audiência.

A CNN Brasil questionou o USTR e o Departamento de Estado americano sobre as reuniões e aguarda retorno.

O USTR, que faz parte do gabinete executivo do presidente Donald Trump, abriu a investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 dos EUA, que "visa combater práticas estrangeiras desleais que afetam o comércio dos EUA".

O Escritório diz investigar se práticas comerciais brasileiras "são desarrazoadas ou discriminatórias e oneram ou restringem o comércio dos EUA".

O âncora do CNN Money, Fernando Nakagawa, destacou que o Pix faz parte da grande lista de reclamações do governo Trump. O sistema de pagamentos brasileiro é citado como exemplo de como o governo local favorece o país em detrimentos das empresas norte-americanas.

"O Brasil também parece se engajar em uma série de práticas desleais com relação aos serviços de pagamento eletrônico, incluindo, mas não se limitando a favorecer seus serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo", cita o documento do Escritório da Representação Comercial dos EUA, o USTR.

Além do Pix, o repórter da CNN Brasil, Danilo Moliterno, apurou que a rua 25 de Março também é citada pelo USTR na seção sobre "proteção de **propriedade intelectual**". O USTR alega que "a região tem permanecido, por décadas, como um dos maiores mercados de produtos falsificados, apesar das operações realizadas para combatê-la".

O diretor de Jornalismo da CNN Brasil em Brasília, Daniel Rittner, apurou que um documento recém-publicado pelo USTR também cita projetos de lei que buscam regulamentar redes sociais e até a "taxa das blusinhas" como barreiras impostas pelo Brasil aos interesses americanos no comércio exterior.

A lista se soma a outras reclamações já tradicionais dos EUA, como lentidão no **registro de patentes** e problemas na área de **propriedade intelectual**, as tarifas para importação de etanol, restrições sanitárias para a carne de porco americana e cotas para produções audiovisuais nacionais (a chamada "cota de tela").

No início do mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que "ninguém vai fazer a gente mudar o Pix". "Os EUA fizeram um relatório essa semana sobre o Pix, disseram que distorce o comércio internacional, que cria problemas para a moeda deles", disse Lula.

Continuação: Delegação do Brasil se reúne com governo Trump sobre investigação do Pix

"O Pix é do Brasil e ninguém vai fazer a gente mudar o Pix, pelo serviço que ele está prestando para a sociedade brasileira. O que nós podemos fazer é aprimorar o Pix, para que cada vez mais ele possa atender a necessidade de mulheres e homens deste país", concluiu.

Governo volta dos EUA sem sinal claro sobre retorno do tarifaço



A comitiva brasileira que esteve nesta semana nos Estados Unidos retornou sem um sinal claro do governo americano sobre o retorno do tarifaço contra o Brasil.

A delegação foi liderada pelo secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, embaixador Philip Fox; de Energia e Meio Ambiente, embaixador Maurício Lyrio; pela secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Tatiana Prazeres; e contou também com integrantes dos Ministérios da Agricultura e da Justiça.

Eles estiveram no USTR (Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos), em Washington, para defender a posição brasileira diante da investigação aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

Fontes relataram que as reuniões foram boas, mas inconclusivas. A leitura é de que o presidente dos EUA, Donald Trump, precisa querer e dar o comando, e isso ainda não está claro, porque ele está focado na guerra no Oriente Médio.

A percepção ainda é de que todas as áreas em que Trump está envolvido estão paradas em razão do conflito. Também há a leitura de que os encontros desta semana foram pró-forma, uma obrigação processual que precisa ser cumprida pelo USTR antes de anunciar a retomada de eventuais sanções.

Os argumentos foram repetidos de lado a lado, mas, se os EUA quiserem, dirão que o resultado das tratativas não foi satisfatório e anunciarão o retorno do tarifaço.

A retomada dessa possibilidade se insere em um contexto no qual a Suprema Corte considerou ilegais as tarifas impostas por Trump com base na IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional).

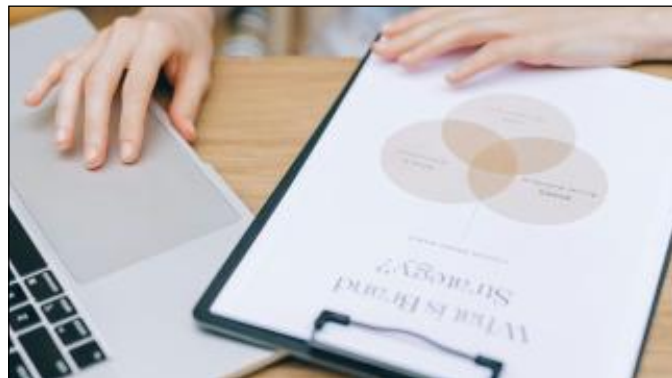
O governo Trump, então, tratou de buscar outras saídas para retomar as tarifas, e a encontrada foi a investigação 301. Casos de outros 59 países também estão sendo analisados.

Os americanos apontam que o Brasil adota práticas comerciais desleais em diversos segmentos, como PIX, etanol, fragilidade na proteção de **propriedade intelectual** e avanço do desmatamento.

O governo, porém, considerou ruim o sinal dado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, que disse, na terça-feira (14), que as tarifas do presidente Donald Trump podem ser restabelecidas.

"Tivemos um revés na Suprema Corte em relação à política tarifária, mas vamos implementar ou conduzir estudos com base na Seção 301; então, as tarifas podem voltar a vigorar no nível anterior no começo de julho", disse Bessent em Washington.

Como registrar sua própria marca: guia para pequenos empreendedores



Para o pequeno empreendedor, proteger o nome de um negócio é tão crucial quanto a qualidade do produto ou serviço oferecido. No Brasil, essa segurança é obtida com o registro de marca no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. O procedimento, feito totalmente online, garante o direito de uso exclusivo do nome e do logotipo em todo o território nacional, evitando que concorrentes se apropriem da sua identidade.

O primeiro passo é uma consulta prévia no sistema de busca de marcas do próprio **INPI**. Essa verificação é gratuita e fundamental para saber se o nome ou o logotipo desejado já existe ou se é muito semelhante a outro já registrado no mesmo setor de atuação. Essa etapa evita o desperdício de tempo e dinheiro com um pedido que pode ser negado.

Após confirmar a disponibilidade, o processo de registro formal pode ser iniciado.

Passo a passo para registrar sua marca

O caminho para oficializar sua marca envolve algumas etapas claras e que exigem atenção. Todo o trâmite é realizado digitalmente, o que facilita o acesso para empreendedores de qualquer parte do país.

O procedimento básico inclui:

Cadastro no e-INPI: o primeiro passo é criar um login e senha no sistema do instituto. É um cadastro simples, que servirá para todas as futuras comunicações. **Emissão da GRU:** antes de preencher o formulário do pedido, é necessário emitir e pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à

taxa única do pedido. Guarde o comprovante. **Envio do pedido:** com a taxa paga, acesse o sistema eMARCAS e preencha o formulário online com todas as

informações da marca, como nome, logotipo e a classe em que ela se enquadra. **Acompanhamento do processo:** o registro não é imediato. É preciso acompanhar as publicações na Revista da **Propriedade Industrial (RPI)**, que sai toda terça-feira no site do **INPI**, para verificar o andamento e eventuais exigências.

Quanto custa o registro?

Desde setembro de 2025, o processo de pagamento para registro de marca no **INPI** foi simplificado. Agora, há uma taxa única paga no início do pedido, que já cobre a análise, a concessão e a proteção da marca pelos primeiros dez anos, sem custos adicionais após o deferimento.

Microempreendedores Individuais (MEI), **microempresas (ME)**, **empresas de pequeno porte (EPP)** e **pessoas físicas** têm direito a um desconto de 50% sobre os valores. Os custos para essa categoria variam conforme o tipo de especificação dos produtos e serviços:

Especificação pré-aprovada: R\$ 440. Utiliza uma lista padronizada do **INPI**, sendo a opção mais econômica.

Especificação de preenchimento livre: R\$ 860. Permite descrever livremente os produtos e serviços.

É importante notar que há isenção total (100%) da taxa para **pessoas físicas hipossuficientes inscritas no CadÚnico** e para **pessoas com deficiência**. Após o período inicial, a marca pode ser renovada a cada dez anos, garantindo a continuidade da proteção legal.

Uma ferramenta de IA foi usada para auxiliar na produção desta reportagem, sob supervisão editorial humana.

A vitória de Pirro e seus limites



A doutrina de tarifas de Trump como arma regulatória digital e o que o caso TikTok revela sobre seus obstáculos para o Brasil

Em janeiro, o governo dos Estados Unidos celebrou o que chamou de vitória sobre o TikTok. Donald Trump publicou que o aplicativo "agora será propriedade de um grupo de grandes patriotas e investidores americanos" e agradeceu ao presidente Xi Jinping por "trabalhar conosco e, em última instância, aprovar o acordo". Um leitor desavisado concordaria que este foi o desfecho da contenda.

A ByteDance, controladora da rede social, cedeu 80,1% da operação local a investidores ocidentais, o algoritmo será retreinado com dados americanos supervisionados pela Oracle e um ex-executivo americano comanda a nova joint venture batizada de TikTok USDS Joint Venture LLC. O que essa leitura omite é o que o acordo revela sobre os limites reais da pressão americana sobre relações comerciais e como os países podem resistir a este tipo de manobra.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Para entender o ponto, é necessário lembrar que os EUA exigiram durante seis anos uma venda completa do TikTok a um comprador estadunidense, com transferência total do controle - inclusive do algoritmo de recomendação, considerado pelo próprio governo americano o núcleo do risco à se-

gurança nacional. A lei sancionada pelo ex-presidente Joe Biden em 2024 foi explícita. Deixava

claro que a ByteDance e o TikTok US não poderiam manter nenhuma relação operacional. A Suprema Corte confirmou a exigência por unanimidade.

O que emergiu do acordo foi substancialmente diferente. O algoritmo não foi vendido. Foi licenciado - a ByteDance mantém a **propriedade intelectual** e, segundo as leis chinesas de exportação de tecnologia alteradas em 2020, qualquer futura modificação no sistema está sujeita à aprovação de Pequim. A ByteDance retém 19,9% da nova entidade - percentual máximo que a lei dos EUA permite.

A divisão responsável pelas operações comerciais lucrativas - publicidade e e-commerce - continua integralmente em mãos chinesas. Membros do Congresso americano de ambos os partidos questionaram publicamente se o acordo sequer atende ao que a lei exigiu; a resposta do Judiciário ainda não veio.

Ou seja, seis anos de ameaças, leis, decretos, prazos e extensões produziram controle americano sobre os dados de usuários, mas não sobre o ativo que os próprios EUA identificaram como a ameaça central - o algoritmo. E Pequim aprovou o acordo, o que significa que o governo chinês avaliou os termos como aceitáveis. Quando o lado pressionado pode viver com o resultado, a pressão atingiu seu teto estrutural.

Coluna vertebral da doutrina

Esse desfecho não é um caso isolado. O que o TikTok expõe é o teto de uma doutrina sistemática que os EUA vêm aplicando há pelo menos dois anos: usar a ameaça de tarifas como instrumento para impedir que países regulem plataformas digitais americanas.

A cadeia causal é documentada por uma investigação publicada simultaneamente pelo Nexo Jornal, Agência Pública e Núcleo Jornalismo na semana passada, e já tratamos dela em vários textos do Floresta Digital. Seu achado central é o mecanismo: a CCIA - entidade de lobby que representa Meta,

Google, Amazon e Apple - enviou ao escritório do Representante de Comércio dos EUA, em fevereiro de 2025, uma lista de regulações estrangeiras a serem tratadas como barreiras comerciais. O

governo simplesmente as encampou, item por item.

O resultado foram acordos bilaterais com Argentina, Equador, El Salvador e Indonésia que, na prática, enfraquecem ou abandonam projetos locais de regulação de plataformas, tributação digital e proteção de dados. Na Indonésia, organizações de imprensa documentaram que uma lei que obrigava plataformas a pagar pelo jornalismo que monetizam passou, após o acordo, de mandatória a voluntária.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

A lógica por trás desse resultado é o que torna a doutrina tão eficaz - até onde ela funciona. Regulação de plataformas não é, em princípio, uma questão de comércio. Mas quando uma lei prevê multas sobre o faturamento global de uma empresa, é possível recodificá-la como barreira não tarifária, o que a coloca dentro do escopo das negociações comerciais. É esse encaixe jurídico forçado que permite aos EUA pressionar legislações soberanas de outros países sem jamais nomear o que estão fazendo.

Para Burcu Kilic, pesquisadora do Centro para Governança Internacional e Inovação canadense, o que distingue esse ciclo de qualquer pressão comercial anterior é a transparência da fonte: "Os acordos abordam literalmente as principais demandas das empresas de tecnologia, sem discussões multilaterais ou regionais. Elas apresentaram suas prioridades e o governo simplesmente as encampou. Isso nunca tinha acontecido antes".

A geometria da estratégia depende de escala. Cada país que assina cria precedente e aumenta a pressão sobre o próximo. Quando quatro ou cinco países menores já aceitaram os termos - e os EUA podem apontar para eles como prova de que a abordagem é legítima e aceitável - , o custo político de resistir cresce para os seguintes.

A investigação identifica o Brasil como o próximo da fila. Em agosto de 2025, Trump havia sinalizado explicitamente os instrumentos disponíveis: em post na Truth Social, anunciou que países com "tributos, legislação, regras ou regulações digitais"

contra big techs sofreriam tarifas adicionais e restrições à importação de chips avançados.

O TikTok é o antípoda dessa cadeia. Com Argentina e Equador - países que precisavam do acesso ao mercado americano mais do que podiam resistir - , a pressão surtiu efeito. Com a China, que controlava um ativo tecnológico superior à importância do mercado americano para seu modelo de negócio, ela não funcionou da mesma forma. O algoritmo permaneceu chinês e a empresa estrangeira manteve participação acionária alta na joint venture.

A lição não é que a doutrina falha sempre, mas que ela encontra um limite estrutural quando o alvo possui algo que considera mais valioso do que o acesso ao mercado que Washington ameaça retirar.

O Brasil na berlinda

Tendo isso em mente, fica mais fácil entender alguns episódios que se desenrolam neste momento frente ao Brasil e outros países.

O Pix como barreira comercial

Em março, o relatório anual do USTR dedicou oito páginas ao Brasil e classificou como "barreiras comerciais" um conjunto de políticas que nada têm de protecionismo convencional. A lista inclui o sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, o PL 4675/2025 que amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre plataformas digitais, e a "taxa das blusinhas".

No caso do Pix, o argumento é que o Banco Central "criou, detém, opera e regula" o sistema, e isso seria "tratamento preferencial" prejudicial a fornecedores privados americanos de pagamentos eletrônicos. Na prática, uma inovação pública que democratizou o acesso financeiro de mais de 150 milhões de brasileiros e reduziu a dependência de oligópolios privados internacionais é tratada pelos EUA como obstáculo comercial. Fontes próximas às negociações apontam que o endurecimento do USTR em relação ao Pix está diretamente ligado ao episódio imediatamente anterior.

A OMC e o travamento da moratória

Em Yaoundé, nos Camarões, a 14ª Conferência Ministerial da OMC terminou no fim de março sem consenso sobre a renovação da moratória a tarifas em transmissões eletrônicas - em vigor desde 1998,

renovada ininterruptamente por quase três décadas.

Os EUA queriam torná-la permanente, retirando definitivamente de qualquer membro a possibilidade de tributar downloads, streamings e serviços em nuvem. O Brasil, acompanhado por outros países em desenvolvimento, propôs apenas uma extensão de dois anos - suficiente para preservar margem de negociação e espaço de política pública sobre um setor considerado estratégico.

Como as decisões da OMC exigem consenso, a posição brasileira travou o acordo. A moratória expirou. O representante comercial americano Jamieson Greer chegou a dizer aos delegados que "haveria consequências" se os EUA não obtivessem a extensão permanente. O Brasil não cedeu. Dias depois, o USTR publicou o relatório atacando o Pix.

O acordo mineral sem exclusividade

Em fevereiro, os EUA apresentaram ao Brasil uma proposta de cooperação em minerais críticos. O documento prevê que ambos os países "esperam ter a primeira oportunidade de investir" em projetos prioritários de mineração em território brasileiro - trecho que uma ala do governo interpreta como cláusula de preferência estrutural a investidores americanos, embora Washington negue a leitura.

O Brasil não assinou. Os acordos que o governo vem fechando com outros parceiros - Espanha, Índia, Coreia do Sul - são, por contraste, explicitamente descritos como "instrumentos de diálogo" sem compromisso de exploração nem cláusula de prioridade.

Coerência estratégica

Lida em conjunto, a sequência Pix, OMC, acordo mineral e a viagem de Lula à Europa revela uma estratégia coerente que nenhum desses episódios, visto separadamente, deixa ver com clareza. Quando o USTR ataca o Pix, o Congresso brasileiro debate uma PEC que o blindaria na própria Constituição - tornando a política pública de pagamentos estruturalmente inatacável por qualquer pressão bilateral futura.

O PL 4675, criticado pelo relatório americano como ameaça às big techs, segue seu curso espelhando o Digital Markets Act europeu. Na OMC, o Brasil aceitou o custo de o representante americano ameaçar "consequências" em plenário e não cedeu na moratória. E o acordo mineral que os EUA pro-

puseram - com aquele trecho sobre "primeira oportunidade de investir" - segue sem assinatura enquanto acordos com Espanha, Índia e Coreia do Sul avançam.

A viagem de Lula à Europa nesta semana é o passo mais visível dessa estratégia. Em Barcelona, o presidente participa da primeira cúpula bilateral Brasil-Espanha e de um fórum sobre regulação de plataformas digitais e democracia - num país que é um dos mais ativos na aplicação do Digital Services Act europeu, a regulação que Washington também enquadraria como "barreira comercial" se pudesse.

Em Hannover (Alemanha), o Brasil ocupa pela primeira vez em 46 anos a posição de país parceiro oficial do maior evento industrial do mundo. O pano de fundo é o acordo Mercosul-UE, que entra em vigor provisoriamente em 1º de maio. Um Brasil com esse acordo ativo pode calcular a rejeição de pressão tarifária americana com um amortecedor europeu que não existia dois anos atrás. O mesmo vale para os mais de 500 mercados que foram abertos pelo governo Lula desde 2023.

A analogia com o TikTok é precisa e intencional. Assim como a ByteDance identificou a **propriedade intelectual** do algoritmo como o ativo que não pode ser entregue sem destruir o modelo de negócio, o Brasil parece ter identificado Pix, regulação de plataformas, minerais críticos e espaço de política pública digital como ativos cuja cessão antecipada, em condições desfavoráveis, seria mais custosa que qualquer tarifa retaliatória.

A diversificação de parceiros que Lula constrói em Barcelona, Hannover e Lisboa serve ao mesmo propósito que a diversificação de mercados serviu à ByteDance: reduzir o custo de cada resistência individual até o ponto em que a pressão perde sua eficácia coercitiva.

Inscriva-se no canal de notícias do JOTA no WhatsApp e fique por dentro das principais discussões do país!

O que está em curso é uma negociação lenta e distribuída sobre onde ficam os limites da soberania regulatória no mundo digital. O resultado dessa negociação, como o TikTok demonstrou, raramente se parece com o que qualquer lado anunciou que aceitaria. E os países que resistem sem sofrer as consequências anunciadas acumulam evidência de que a doutrina tem limites.

Para quem acompanha de perto o processo, o que se consolida não é a vitória de nenhum lado, mas a percepção de um padrão já que a doutrina dos EUA de usar tarifas como arma regulatória digital é real, sistemática e rastreável do lobby da CCIA à lista do USTR aos acordos com Argentina e Indonésia.

Seus limites são igualmente reais. E o Brasil, com mais instrumentos de resistência do que qualquer análise isolada reconhece, está navegando essa doutrina com uma sofisticação que só se torna visível quando os episódios são lidos em conjunto.

Pix: autoridades do Brasil e EUA se reúnem para discutir investigação



Representantes do governo de Donald Trump, dos Estados Unidos, e do governo Lula, do Brasil, se reúnem nesta quinta-feira (16/4) para tratar de investigações dos norte-americanos que incluem e Pix, etanol e **propriedade intelectual**. O assunto começou a ser tratados nessa quarta-feira (15/4).

As apurações foram abertas em 15 de julho do ano passado. A investigação é conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) e analisa medidas adotadas pelo governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que possam prejudicar empresas de tecnologia estadunidenses.

Seção 301 da Lei Comercial dos Estados Unidos

A investigação será conduzida sob a Seção 301 da Lei Comercial dos Estados Unidos, um instrumento que permite investigações caso os direitos dos EUA sob qualquer acordo forem negados e se uma prática de um governo estrangeiro violar ou prejudicar de forma irregular o comércio dos norte-americanos.

A medida é, normalmente, utilizada em casos excepcionais para construir casos e buscar soluções de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O encontro envolve o secretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Phillip Fox Gough, e o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Maurício Lyrio. Na reunião, devem ser prestados esclareci-

mentos às autoridades norte-americanas, nos âmbitos técnico e jurídico a respeito de pontos levantados pelo USTR, conforme o Metrôpoles apurou junto a fontes diplomáticas.

Os temas já foram debatidos em audiência pública em Washington, em encontros que contaram com a participação do setor privado, em setembro do ano passado.

A previsão das autoridades é que não haja a realização de anúncios após as reuniões.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, está nos Estados Unidos, onde cumpre uma agenda de reuniões com pares de outros países e integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Contexto

À época da abertura da apuração, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, afirmou que a investigação seria iniciada com base nos "ataques do Brasil contra as empresas americanas de mídias sociais, além de outras práticas comerciais desleais que afetam empresas, trabalhadores, agricultores e inovadores tecnológicos dos Estados Unidos".

O governo federal tentou pavimentar um caminho no Congresso Nacional para fazer avançar um maior controle das bigtechs, algo que desagrada o governo norte-americano.

A apuração foi iniciada diante de um momento de troca de farpas entre os governos de Lula e do norte-americano, Donald Trump. No entanto, após um encontro de ambos na Organização das Nações Unidas (ONU), no ano passado, e telefonemas, as divergências têm sido contornadas e Trump derrubou parte importante das tarifas contra os produtos brasileiros.

Em paralelo a isso, o Brasil já considerou levar para a Organização Mundial do Comércio (OMC) ações contra os EUA por ataques à economia nacional por causa de restrições norte-americanas.

"Convertendo investimento compulsório em P&D; em ativos estratégicos"

No Brasil, o investimento compulsório em P&D; movimenta bilhões por ano. Mas, dentro das empresas, pode ser desafiador alinhar o uso desses recursos à estratégia de inovação, que é fundamental para o desenvolvimento de diferenciais tecnológicos em um ambiente altamente competitivo.

O webinar "Convertendo investimento compulsório em P&D; em ativos estratégicos", promovido pela no dia 22/4 às 14h, aborda caminhos para transformar esse investimento em ativos estratégicos reais, com o uso da **Propriedade Intelectual** como instrumento de retorno e diferenciação.

Evento ideal para profissionais interessados em aprofundar conhecimentos e acompanhar estratégias sobre o uso de P&D; e **Propriedade Intelectual** no ambiente corporativo. (Imagem

Reprodução/ClarkeModet Brasil.)

O evento online será distribuído em painéis e contará com a participação de Marina Guatimosim Lodi, gerente do escritório de projetos de PDI da AXIA Energia, que compartilhará a experiência da empresa nesse processo. Também participam Claudio Castanheira, regional managing director da ClarkeModet Brasil, e Francisco Tripodi, CEO da Piera Fomento, que aprofundarão as discussões sobre **Propriedade Intelectual**, gestão de programas de P&D; e incentivos fiscais.

Serviço: Webinar

Data: 22/4

Horário: 14h

Formato: Online e com inscrição prévia.

Para se inscrever, .

Propriedade intelectual rende ações na era da inteligência artificial



100: esse é o marco recém-atingido de ações judiciais de direitos autorais em curso contra empresas de IA apenas nos EUA

Opinião 100 processos e contando: **propriedade intelectual** na era da inteligência artificial

Existe um número que deveria tirar o sono de qualquer executivo do setor de tecnologia: 100. Esse é o marco recém-atingido de ações judiciais de direitos autorais em curso contra empresas de inteligência artificial apenas nos Estados Unidos. O centésimo processo foi deflagrado em abril de 2026, quando produtores de conteúdo do YouTube processaram Apple, OpenAI e Amazon, segundo o levantamento do AI Copyright Case Tracker, mantido pelo projeto ChatGPT Is Eating the World. Some-se a esse número outras 31 ações internacionais, na Europa, Ásia e América Latina, e o panorama global alcança 131 processos ativos. Em outubro de 2025, eram 51. Em menos de seis meses, o contencioso praticamente dobrou. Não se trata de uma tendência; é uma avalanche.

Reprodução

A radiografia dos litígios é reveladora. Das 100 ações norte-americanas, 47 tramitam no Northern District of California, o quintal do Vale do Silício, e as outras 31 no Southern District of New York, o epicentro editorial e midiático do país. Por segmento, autores e editoras de livros lideram com 36 processos, seguidos por veículos de imprensa (17), produtoras de vídeo e cinema (14), gravadoras e

compositores musicais (13), artistas visuais (9) e, sintomaticamente, ações por violação de voz e

imagem (3) - uma categoria que sequer existia há dois anos.

O que está em jogo ultrapassa o debate acadêmico sobre fair use ou os limites da cópia transformativa. A questão desloca-se para o plano estrutural da própria noção de autoria: sistemas que operam a partir da ingestão massiva de conteúdos passam a tensionar os critérios tradicionais de originalidade. Nesse contexto, a atribuição de responsabilidade por eventuais violações torna-se difusa, envolvendo diferentes agentes da cadeia tecnológica, desde desenvolvedores até as empresas que exploram economicamente essas ferramentas.

Cenário mundial: contencioso sem precedentes

Para dimensionar a relevância do momento que enfrentamos, é preciso olhar para os números com a frieza que o direito exige. Nos Estados Unidos, a consolidação de 12 ações contra a OpenAI perante o United States Judicial Panel on Multidistrict Litigation, em abril de 2025, reuniu desde class actions de autores e organizações jornalísticas até demandas baseadas no Digital Millennium Copyright Act (DMCA). Todas convergem em uma alegação comum: o uso não autorizado e não remunerado de obras protegidas para treinamento de modelos de linguagem.

Mas o fenômeno não é exclusivamente americano. As 31 ações internacionais mapeadas pelo Case Tracker revelam uma frente global de combate. No Reino Unido, o caso v. Stability AI encontra-se em fase recursal. A Alemanha concentra seis litígios, incluindo Kneschke v. LAION (em recurso perante o Tribunal Regional Superior de Hamburgo), GEMA v. OpenAI, GEMA v. Suno e até uma ação movida pela Penguin Random House contra a OpenAI em solo alemão. Na Ásia, há litígios ativos perante o Seoul Central District Court na Coreia do Sul, o Tokyo District Court no Japão, a Delhi High Court na Índia e o Guangzhou Internet Court na China. E, dado particularmente relevante para nós, o Brasil já figura no mapa com ao menos uma ação

tramitando em primeira instância. O fenômeno é, portanto, global.

Os valores envolvidos são impactantes. O caso *Bartz v. Anthropic* resultou no que é, até o momento, o maior acordo de direitos autorais da história dos Estados Unidos: US\$ 1,5 bilhão, beneficiando aproximadamente 500 mil obras literárias - cerca de US\$ 3 mil por livro utilizado no treinamento do modelo Claude. A ação revelou que a Anthropic baixou centenas de milhares de livros digitais de bibliotecas clandestinas como a Library Genesis e o Pirate Library Mirror. Em janeiro de 2026, um consórcio de editoras musicais liderado pela Universal Music Publishing Group e Concord Music Group elevou a aposta: uma ação de US\$ 3,1 bilhões contra a mesma empresa, alegando que ela utilizou BitTorrent para baixar mais de 20.517 composições protegidas, incluindo clássicos como Sweet Caroline e Uptown Funk.

Mas é no caso *The New York Times v. OpenAI* que reside o potencial de redefinição jurídica mais significativo. Em janeiro de 2026, o juiz Sidney Stein, do Southern District of New York, determinou que a OpenAI produzisse a integralidade de uma amostra de 20 milhões de registros de conversas do ChatGPT. Em março de 2026, a ordem foi ampliada para incluir reservatórios adicionais de 78 milhões e 10 milhões de registros. A decisão revela um fenômeno juridicamente sensível: a chamada "regurgitação", a capacidade de modelos de IA de reproduzir, em determinados contextos, trechos substancialmente similares às obras utilizadas no treinamento. Ainda que não constitua comportamento universal, sua ocorrência documentada tensiona diretamente a tese de que o treinamento seria meramente transformativo, ao evidenciar riscos concretos de reprodução não autorizada.

'Regurgitação' como ponto de inflexão

A defesa central das empresas de IA repousa sobre a doutrina do fair use, que permite o uso limitado de obras protegidas para fins transformativos. Dois juízes federais já reconheceram, em decisões separadas, que o treinamento de modelos de IA pode ser considerado altamente transformativo. A lógica é sedutora: o modelo não copia a obra, mas extrai padrões estatísticos que lhe permitem gerar conteúdo novo.

Spacca

O problema é que a realidade empírica começa a desmentir a elegância teórica. A produção forçada dos registros do ChatGPT está revelando que os modelos de linguagem não apenas "aprendem"; eles memorizam. A decisão do juiz Stein, de outubro de 2025, foi categórica ao afirmar que basta que os autores tenham alegado some outputs that a reasonable jury could find are substantially similar to plaintiffs' works para que a ação prossiga. Essa formulação transfere ao júri e, portanto, ao senso comum de pessoas leigas, a avaliação sobre a similaridade substancial entre a obra original e o output da IA. É uma perspectiva que favorece decisivamente os titulares de direitos.

Há aqui um argumento que merece atenção especial, e que raramente aparece na literatura especializada: a regurgitação cria um paradoxo probatório inédito. Se o modelo "leu" milhões de obras, a probabilidade estatística de que qualquer output contenha elementos substancialmente similares a pelo menos uma obra protegida é virtualmente inevitável. Isso significa que, em tese, todo output de um modelo generativo seria potencialmente infrator - um cenário de responsabilidade de fato, ainda que não de direito.

Paradoxo brasileiro: quando o **INPI** diz 'não' à invenção autônoma Enquanto o Judiciário norte-americano enfrenta a questão pelo prisma autoral, o Brasil produziu uma resposta institucional pela via da **propriedade industrial** que merece análise. O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, por meio da Consulta Pública nº 03/2025, submeteu à sociedade a minuta de diretrizes para o exame de pedidos de patente envolvendo inteligência artificial. A orientação consolidada é clara: a IA não pode ser indicada como inventora em pedidos de patente no Brasil, devendo a titularidade estar vinculada a uma pessoa natural, nos termos da Lei de **Propriedade Industrial**. A fundamentação ampara-se no artigo 6º da Lei de **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/1996), que reserva o direito de patente exclusivamente ao inventor humano, bem como na Convenção da União de Paris e no Acordo TRIPS. No âmbito da mencionada Consulta Pública nº 03/2025, o **INPI** propôs diretrizes que permitem sistematizar as criações envolvendo inteligência artificial em três categorias: 1 modelos e técnicas de IA, voltados ao desenvolvimento de estruturas e métodos próprios;

2 invenções baseadas em IA, em que a tecnologia integra a solução de um problema técnico; e

3 invenções assistidas por IA, nas quais há intervenção humana em alguma etapa do processo.

Nessa perspectiva, a patenteabilidade não decorre da categoria em si, mas da presença de contribuição inventiva humana. Assim, resultados oriundos de processos inteiramente autônomos, sem participação humana qualificável como inventiva, tendem a ser excluídos da proteção.

Esse posicionamento não é isolado. O caso Dabus (Device for the Autonomous Bootstrapping of Unified Sentience), desenvolvido por Stephen Thaler, foi rejeitado em praticamente todas as principais jurisdições ? Estados Unidos, Reino Unido, União Europeia e Austrália (após reversão em grau recursal). A África do Sul figura como exceção, tendo concedido a patente em sistema que não realiza exame substantivo prévio, o que limita o alcance do precedente.

É nesse ponto que surge a maior contradição do sistema jurídico atual. A inteligência artificial não pode ser autora quando cria, mas seus resultados geram responsabilidade quando reproduzem. Não possui direitos, mas produz obrigações. Não é sujeito jurídico, mas funciona como instrumento de violação.

Essa lógica, ainda que funcional, deixa um vazio difícil de sustentar. Produções de IA que não infringem direitos permanecem sem enquadramento claro: não têm autor, não têm titular e não se encaixam plenamente nas categorias tradicionais. Na prática, tendem a ser absorvidas pelo domínio público, o que permite sua livre exploração e incentiva a produção em escala, deslocando valor econômico e pressionando ainda mais o sistema de **propriedade intelectual**.

Dois paradigmas em colisão: Europa, China e a fragmentação regulatória global

A União Europeia, por meio do AI Act, cuja implementação ocorre de forma escalonada ao longo de 2025 e 2026, passou a impor aos provedores de modelos de IA de propósito geral obrigações de transparência, incluindo a divulgação de sumários suficientemente detalhados dos conjuntos de dados utilizados no treinamento. Paralelamente, a Diretiva de Direitos Autorais da União Europeia assegura aos titulares de direitos a possibilidade de reservar

suas obras contra o uso em atividades de text and data mining, impondo aos desenvolvedores o dever de respeitar tais restrições quando devidamente identificadas.

No plano político-regulatório, discute-se o avanço para modelos mais estruturados de licenciamento e remuneração, incluindo propostas que visam a ampliar a rastreabilidade dos dados utilizados no treinamento de sistemas de IA. Trata-se, até o momento, de uma agenda em evolução, ainda sem consolidação normativa definitiva.

A China, por sua vez, trilha um caminho distinto e é aqui que reside uma das inflexões mais relevantes do cenário global. Enquanto Estados Unidos, Brasil e Europa convergem na recusa de atribuir autoria à IA, tribunais chineses têm reconhecido proteção autoral a obras geradas com o uso de inteligência artificial, desde que haja contribuição intelectual humana significativa. No caso Li v. Liu (novembro de 2023), o Beijing Internet Court reconheceu direitos autorais sobre uma imagem gerada por IA, destacando o papel criativo do usuário na formulação e refinamento dos comandos utilizados.

Ao mesmo tempo, a China National Intellectual Property Administration (Cnipa) adotou postura restritiva no campo da **propriedade industrial**. Em 2026, a autoridade emitiu alertas sobre os riscos do uso de IA na redação de pedidos de patente ? incluindo alucinações algorítmicas e vazamento de informações confidenciais ? e reafirmou a impossibilidade de indicação de sistemas de IA como inventores.

Configura-se, assim, uma cisão conceitual relevante: a proteção autoral é admitida quando há intervenção humana significativa, ao passo que a inventividade permanece juridicamente vinculada à pessoa natural. Trata-se de uma resposta funcional a um cenário de rápida transformação tecnológica, ainda marcado por forte fragmentação regulatória.

Contudo, mesmo o modelo europeu enfrenta uma limitação estrutural comum a diferentes jurisdições: sua aplicação predominantemente prospectiva. Os modelos atualmente em operação já foram treinados com volumes massivos de dados, de modo que exigências futuras de transparência não enfrentam, por si sós, as potenciais violações pretéritas.

O que o Brasil precisa aprender ? e ensinar

O posicionamento do **INPI** mencionado é tecnicamente correto, mas insuficiente. A exclusão da IA como inventora enfrenta apenas um dos vértices de um problema estrutural mais amplo. O Brasil ainda carece de um regime jurídico específico para lidar com os efeitos da inteligência artificial generativa sobre os direitos autorais, a responsabilidade civil por outputs potencialmente infratores, os mecanismos de licenciamento de dados de treinamento e a titularidade das criações assistidas por IA.

O Marco Legal da IA (PL 2.338/2023), ainda em tramitação no Congresso Nacional, tangencia essas questões, mas não as enfrenta com a profundidade necessária exigida. Não há, por exemplo, previsão

de mecanismos análogos ao opt-out europeu para titulares de direitos autorais, nem de modelos estruturados de remuneração pelo uso de obras no treinamento de sistemas de IA.

Nesse cenário, impõe-se a discussão de soluções regulatórias mais sofisticadas. Uma alternativa possível, ainda incipiente no debate nacional, mas crescente no plano internacional, seria a adoção de um modelo de licenciamento coletivo com elementos compulsórios, inspirado nos sistemas de gestão coletiva já consolidados no direito autoral brasileiro, especialmente na Lei nº 9.610/1998. Nesse modelo, empresas de IA contribuiriam com remuneração proporcional ao uso de dados de treinamento, a ser distribuída entre titulares de direitos por entidades de gestão coletiva. Trata-se de um arranjo capaz de equilibrar incentivos à inovação com a necessária remuneração dos criadores.

Futuro que já chegou

É improvável que, no curto prazo, haja uma definição judicial definitiva sobre a aplicação do fair use ao treinamento de modelos de inteligência artificial. Enquanto isso, observa-se uma tendência crescente de acordos e parcerias, como evidenciado por negociações bilionárias envolvendo empresas do setor. Esses movimentos sugerem uma estratégia delibe-

rada de mitigação de risco: evitar a formação de precedentes potencialmente desfavoráveis.

Há, contudo, um efeito colateral relevante. Cada acordo que substitui uma decisão de mérito posterga a consolidação de jurisprudência. E a ausência de parâmetros claros, por sua vez, retroalimenta a insegurança jurídica, incentivando novos litígios. Forma-se, assim, um ciclo autorreforçado: quanto mais acordos, menos precedentes; quanto menos precedentes, maior a litigiosidade; quanto maior a litigiosidade, maior o incentivo a novos acordos.

O direito sempre operou na tensão entre proteção e inovação. A inteligência artificial, contudo, introduz uma ruptura mais profunda: a possibilidade de que a produção de conteúdo supere a capacidade do sistema jurídico de classificá-lo adequadamente. Os outputs de modelos generativos desafiam categorias tradicionais ? não se enquadram com precisão como obra, cópia, derivação ou transformação.

Até que essas categorias sejam redefinidas, os mais de uma centena de processos em curso em múltiplas jurisdições e os bilhões de dólares em disputa não representam uma anomalia, mas o custo inevitável de um sistema jurídico diante de uma tecnologia que avança mais rápido do que sua capacidade de regulação.

Do café da manhã ao jantar, Paraná lidera o Brasil em Indicações Geográficas

Estado reúne 24 produtos reconhecidos e transforma tradição e território em desenvolvimento econômico. No Paraná, é possível passar um dia inteiro à mesa com produtos que carregam origem, tradição e reconhecimento. Do café da manhã ao jantar, as Indicações Geográficas (IGs) revelam a diversidade produtiva do estado e transformam alimentos do cotidiano em ativos econômicos.

Estado reúne 24 produtos reconhecidos e transforma tradição e território em desenvolvimento econômico

No Paraná, é possível passar um dia inteiro à mesa com produtos que carregam origem, tradição e reconhecimento. Do café da manhã ao jantar, as Indicações Geográficas (IGs) revelam a diversidade produtiva do estado e transformam alimentos do cotidiano em ativos econômicos.

O dia pode começar com frutas como ponkan de Cerro Azul, uvas de Marialva e morango do Norte Pioneiro, acompanhadas de méis produzidos em diferentes regiões do estado. Antes, porém, um chimarrão com erva-mate São Matheus. À mesa, a broa de centeio de Curitiba, combinada com queijos de Witmarsum e a cracóvia de Prudentópolis, ganha ainda mais identidade ao lado de cafés premiados do Norte Pioneiro ou de Mandaguari.

No almoço, a tradição aparece em pratos como o barreado do litoral, que pode ser precedido pela cachaça de Morretes e incorporar ingredientes como o urucum de Paranacity. Já a carne de onça de Curitiba e os vinhos de Bituruna reforçam a conexão entre gastronomia e território, que se estende até o café da Serra de Apucarana, fechando a experiência com produtos reconhecidos por sua origem.

À tarde, entram em cena produtos como as tortas de Carambeí e as balas de banana de Antonina. À noite, opções como as ostras de Cabaraquara ampliam essa experiência gastronômica, que pode ser finalizada com um chá de camomila de Mandirituba.

Mais do que compor uma mesa diversa, esses produtos ajudam a explicar por que o Paraná lidera o número de Indicações Geográficas no Brasil, com 24 registros, além de um reconhecimento compartilhado com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O conjunto revela, em sabores, a força produtiva, a organização dos territórios e a identidade regional.

As IGs são concedidas pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e atestam produtos com características únicas vinculadas à sua origem. Mais do que um selo, representam uma estratégia de valorização econômica, proteção e posicionamento de mercado para produtores e regiões.

A consultora do Sebrae/PR, Maria Isabel Guimarães, explica que a Indicação Geográfica estrutura e fortalece produtos que já possuem reputação e vínculo com o território. No Paraná, esse trabalho começou de forma organizada em 2009, com o mapeamento de 35 produtos com potencial para reconhecimento. O primeiro registro veio em 2012, com os cafés especiais do Norte Pioneiro.

"A IG mobiliza toda a cadeia produtiva e transforma um produto em ativo do território. Os impactos vão além da produção: alcançam o comércio local, o turismo e serviços como design, rotulagem e pesquisa. A região passa a ser reconhecida e procurada a partir daquele produto", afirma.

Além de agregar valor, o selo garante proteção legal: apenas produtores da área delimitada e que seguem critérios técnicos podem utilizar o nome reconhecido, o que evita imitações e fortalece a credibilidade no mercado.

"Existe um antes e um depois da IG. O produto já existia, mas, com o reconhecimento, ganha organização, proteção e valorização. Isso gera renda, movimenta a economia local e fortalece o sentimento de pertencimento da comunidade. E hoje é totalmente possível termos uma rotina alimentar contando com alimentos que detêm a IG", completa a consultora.

A primeira IG do Paraná

No Norte Pioneiro, o café é mais do que uma cultura agrícola: é memória familiar. O produtor e presidente da Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Acenpp), Jonas Aparecido da Silva, de Pinhalão, conta que sua família trabalha com café há mais de um século, desde que seus antepassados vieram da Espanha, em 1918, para atuar na lavoura paulista.

Segundo o produtor, o diferencial do café com a IG está no terroir, a combinação de solo, clima e tradição produtiva que resulta em uma bebida de sabor caramelo achocolatado e acidez mais baixa.

"A Indicação Geográfica mudou muita coisa na nossa vida. Trouxe organização, assistência técnica, cuidado com a parte legal e financeira. Hoje a gente vende mais do que café: vende história, conteúdo e identidade", diz.

Tradição reinventada no campo

A produtora Franciele Rhenbach Hassel Bauer, encontrou no campo um modo de vida e um propósito. Formada em Agronomia, ela decidiu permanecer na propriedade da família em Manfrinópolis, no Sudoeste do Paraná, e transformar a produção de leite em valor agregado. O que começou como uma ideia voltada a queijos mais industrializados mudou de rumo em 2019, após um curso de produção artesanal.

Desde então, ela e o marido estruturaram a queijaria, conquistaram o registro da agroindústria e passaram a levar o queijo colonial da região para feiras e eventos, fortalecendo um produto que carrega a história dos colonizadores europeus e o saber transmitido entre gerações. Mesmo sem tradição familiar direta na atividade, Franciele se conectou a uma cultura presente no entorno, onde o queijo sempre foi complemento de renda e, hoje, se consolida como fonte principal para muitas famílias.

Com a conquista da Indicação Geográfica, em 2025, a produtora destaca que o reconhecimento trouxe visibilidade e valorização imediata, especialmente em datas comemorativas, quando consumidores passaram a buscar o produto como presente diferenciado.

"A Indicação Geográfica é uma realização. A gente vê todo esse trabalho sendo reconhecido e o consumidor vindo atrás, querendo conhecer, provar e entender a história. O queijo colonial do Sudoeste carrega um saber fazer passado de geração em gera-

ção, e agora ele ganha valor, identidade e força para manter as famílias no campo e desenvolver toda a região", afirma Franciele.

Ela ressalta ainda que o selo ajuda a preservar a essência artesanal do produto, com técnicas predominantemente manuais, leite da própria região e receitas que respeitam a diversidade de saberes locais.

Sabor com identidade e história

Em Prudentópolis, a cracóvia é mais do que um embutido, é parte da identidade cultural de uma região marcada pela imigração ucraniana. O empreendedor José Marcos Mahulak, relembra que a atividade começou de forma modesta, no fim dos anos 1990, como complemento de renda em uma mercearia familiar no interior. Na época, o foco era a produção de linguiças e derivados suínos, até que, a partir de 2010, a família passou a investir na cracóvia, enfrentando erros e tentativas até chegar a uma receita padronizada, inspirada em tradições europeias e adaptada ao paladar local.

Produzida a partir de cortes nobres do pernil suíno, com seleção manual e defumação lenta, a cracóvia se consolidou ao longo das décadas, tornando-se um símbolo gastronômico regional. Com a organização dos produtores em associação e o apoio de entidades como Sebrae/PR e cooperativas, o produto conquistou a Indicação Geográfica, o que foi um marco que ajudou a ampliar sua visibilidade e consolidar a identidade do produto.

"A IG trouxe visibilidade e colocou a cracóvia em outro patamar. Hoje ela não é só de Prudentópolis, ela representa o Paraná. O selo fortaleceu a identidade do produto, deu mais segurança para o consumidor e abriu portas para divulgar nossa cultura e tradição em feiras e eventos", afirma Mahulak.

Identidade gastronômica

Na cozinha, essa riqueza ganha forma narrativa, explica o chef de cozinha do Tekoa, em Curitiba, Felipe Cavalcanti Zibetti de Souza, que utiliza produtos com IG em seu restaurante. Segundo ele, a escolha vai além do sabor, trata-se de afirmar identidade.

"Gastronomia é expressão cultural. O que se come fala muito sobre quem somos. Um prato pode contar a história de um território", conta Felipe.

Ao criar receitas como uma lasanha elaborada com ingredientes de diferentes IG paranaenses, como queijos, embutidos e derivados de banana, o chef

busca traduzir o processo histórico de formação do estado.

"A gente monta o prato usando produtos de Indicação Geográfica e, através deles, conta a formação do povo e da cultura paranaense. A valorização dessas matérias-primas contribui para criar a identidade da gastronomia paranaense. Eles nascem dos nossos solos, das nossas influências étnicas e ciclos econômicos", explica o chef.

A percepção do consumidor, segundo ele, é positiva quando a narrativa acompanha o prato.

"Quando o cliente entende de onde vem o produto e como ele é feito, há mais confiança. E confiança é base de qualquer relação comercial", conclui Felipe.

Culturas e biomas paranaenses

As IGs paranaenses refletem a diversidade geográfica e cultural do estado. Litoral caíçara, campos gerais, Norte Pioneiro, Sudoeste, Vale do Ribeira, regiões de colonização italiana, alemã, ucraniana e holandesa, cada território imprimiu sua marca nos modos de fazer.

Essa diversidade constrói um mosaico econômico e cultural. Produtos como cracóvia, queijos coloniais, mel, erva-mate, vinhos, bala de banana, pão no bafo e carnes típicas traduzem influências migratórias adaptadas ao solo paranaense.

Para o coordenador do Fórum Origens Paraná, diretor da Associação dos Amigos da Onça e diretor da Curitiba Honesta, Sérgio Medeiros, o selo de IG causa mudanças que vão do campo à mesa, impactando a autoestima de quem produz, valorização comercial e até abertura de mercados internacionais.

Segundo ele, produtos certificados podem alcançar preços até quatro vezes superiores, além de contar com proteção formal da receita ou do modo de fazer. Na prática, afirma Sérgio, é plenamente possível montar um cardápio completo apenas com IG paranaenses.

"Temos 24 tesouros no Paraná, produtos únicos que precisam ser contados primeiro para nós mesmos e depois para o Brasil e o mundo. Quem prova

percebe a diferença no café, na goiaba, no mel, nos queijos. Meu sonho é que cada vez mais pessoas tenham acesso a esse privilégio", completa Sérgio.

Em alguns casos, trata-se de Indicação de Procedência; em outros, de Denominação de Origem, quando se comprova que o próprio ambiente natural influencia diretamente as características do produto.

O Paraná transformou seu território em estratégia e tradição em ativo econômico. A cada xícara de café, fatia de queijo ou colherada de doce com selo de origem, reafirma-se que desenvolvimento regional pode nascer do respeito à história.

No fim das contas, montar uma mesa paranaense do café da manhã ao jantar não é apenas exercício gastronômico, é uma síntese do próprio estado: diverso, produtivo e profundamente ligado às suas raízes.

As IGs do Paraná

Ostras do Cabaraquara, ponkan de Cerro Azul, broas de centeio de Curitiba, cracóvia de Prudentópolis, carne de onça de Curitiba, café de Mandaguari, urucum de Paranacity, queijo colonial do Sudoeste do Paraná, cafés especiais do Norte Pioneiro, morango do Norte Pioneiro, goiaba de Carlópolis, mel de Ortigueira, queijos coloniais de Witmarsum, cachaça e aguardente de Morretes, melado de Capanema, vinhos de Bituruna, mel do Oeste do Paraná, barreado do Litoral do Paraná, bala de banana de Antonina, erva-mate São Matheus, camomila de Mandirituba, uvas finas de Marialva, tortas de Carambeí e café da Serra de Apucarana.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	4,11,12,13,14,15,16,17
Patentes	1,2
Propriedade Industrial	4,11,12,13,14,15,16,17
Propriedade Intelectual	1,2,3,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14